

INST.FED.DE EDUC.,CIENC.E TEC.DA BAHIA

Termo de Referência 15/2026

Informações Básicas

Número do artefato	UASG	Editado por	Atualizado em
15/2026	158145-INST.FED.DE EDUC.,CIENC.E TEC.DA BAHIA	CRISTIANA SOUZA DE MENEZES	28/04/2026 11:04 (v 0.6)
Status			
ASSINADO			

Outras informações

Categoria	Número da Contratação	Processo Administrativo
V - prestação de serviços, inclusive os técnico-profissionais especializados/Serviço continuado sem dedicação exclusiva de mão de obra	17/2026	23278.001179/2026-13

1. CONDIÇÕES GERAIS DA CONTRATAÇÃO

(Processo Administrativo nº 23278.001179/2026-13)

TERMO DE REFERÊNCIA

CONDIÇÕES GERAIS DA CONTRATAÇÃO

1.1 Contratação de serviços contínuos de fornecimento de energia elétrica no Ambiente de Contratação Livre (ACL), destinada ao atendimento de 19 (dezenove) Unidades Consumidoras do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Bahia, nos termos da tabela abaixo, conforme condições e exigências estabelecidas neste instrumento.

GRUPO	ITEM	ESPECIFICAÇÃO	CATSER	UNIDADE DE MEDIDA	QUANTIDADE MÍNIMA	QUANTIDADE MÁXIMO	VALOR UNITÁRIO ESTIMADO SEM ICMS (COM PIS E COFINS) R\$/MWh	VALOR UNITÁRIO ESTIMADO COM ICMS (COM PIS E COFINS) R\$/MWh	VALOR TOTAL
1	1	Fornecimento de energia elétrica, ano 2026, do tipo incentivada com 100% na Tarifa de Uso do Sistema de Distribuição - TUSD – IFBA 19 Unidades	27863	MWh	2.028	2.273	R\$ 561,30	R\$ 706,04	R\$ 1.604.828,92

		Consumidoras (Período previsto de fornecimento 01/06 /2026 - 31/12/2026)							
	2	Fornecimento de energia elétrica, ano 2027, do tipo incentivada com 100% na Tarifa de Uso do Sistema de Distribuição - TUSD – IFBA 19 Unidades Consumidoras (Período previsto de fornecimento 01/01 /2027 - 31/12/2027)	27863	MWh	3.626	4.059	R\$ 516,47	R\$ 649,65	R\$ 2.636.929,35
	3	Fornecimento de energia elétrica, ano 2028, do tipo incentivada com 100% na Tarifa de Uso do Sistema de Distribuição - TUSD – IFBA 19 Unidades Consumidoras (Período previsto de fornecimento 01/01 /2028 - 31/12/2028)	27863	MWh	3.627	4.064	R\$ 508,11	R\$ 639,13	R\$ 2.597.424,32
	VALOR TOTAL ESTIMADO								R\$ 6.839.182,59

*

1.1.1.1. Estimativas de consumo individualizadas das unidades consumidoras.

CAMPUS BRUMADO:					
item	DESCRIÇÃO/ ESPECIF.	UNIDADE DE MEDIDA	REQUISIÇÃO MÍNIMA	REQUISIÇÃO Máxima	Quantidade total
01	Fornecimento de energia elétrica, ano 2026, do tipo incentivada com 100% na Tarifa de Uso do Sistema de Distribuição - TUSD - Campus Brumado	MWh	66,77	75,00	75,00
02		MWh	122,64	137,00	137,00

	Fornecimento de energia elétrica, ano 2027, do tipo incentivada com 100% na Tarifa de Uso do Sistema de Distribuição - TUSD - Campus Brumado				
03	Fornecimento de energia elétrica, ano 2028, do tipo incentivada com 100% na Tarifa de Uso do Sistema de Distribuição - TUSD - Campus Brumado	MWh	122,976	138,00	138,00

CAMPUS CAMAÇARI:

Item	DESCRIÇÃO/ ESPECIF.	UNIDADE DE MEDIDA	REQUISIÇÃO MÍNIMA	REQUISIÇÃO Máxima	Quantidade total
1	Fornecimento de energia elétrica, ano 2026, do tipo incentivada com 100% na Tarifa de Uso do Sistema de Distribuição - TUSD - Campus Camaçari	MWh	123,26	138,00	138,00
2	Fornecimento de energia elétrica, ano 2027, do tipo incentivada com 100% na Tarifa de Uso do Sistema de Distribuição - TUSD - Campus Camaçari	MWh	219	245,00	245,00
3	Fornecimento de energia elétrica, ano 2028, do tipo incentivada com 100% na Tarifa de Uso do Sistema de Distribuição - TUSD - Campus Camaçari	MWh	219,6	246,00	246,00

CAMPUS CAMPO FORMOSO:

Item	DESCRIÇÃO/ ESPECIF.	UNIDADE DE MEDIDA	REQUISIÇÃO MÍNIMA	REQUISIÇÃO Máxima	Quantidade total
1	Fornecimento de energia elétrica, ano 2026, do tipo incentivada com 100% na Tarifa de Uso do Sistema	MWh	66,77	75,00	75,00

	de Distribuição - TUSD - Campus Campo Formoso				
2	Fornecimento de energia elétrica, ano 2027, do tipo incentivada com 100% na Tarifa de Uso do Sistema de Distribuição - TUSD - Campus Campo Formoso	MWh	122,64	137,00	137,00
3	Fornecimento de energia elétrica, ano 2028, do tipo incentivada com 100% na Tarifa de Uso do Sistema de Distribuição - TUSD - Campus Campo Formoso	MWh	122,976	138,00	138,00

CAMPUS EUCLIDES DA CUNHA:					
Item	DESCRIÇÃO/ ESPECIF.	UNIDADE DE MEDIDA	REQUISIÇÃO MÍNIMA	REQUISIÇÃO Máxima	Quantidade total
1	Fornecimento de energia elétrica, ano 2026, do tipo incentivada com 100% na Tarifa de Uso do Sistema de Distribuição - TUSD - Campus Euclides da Cunha	MWh	46,22	52,00	52,00
2	Fornecimento de energia elétrica, ano 2027, do tipo incentivada com 100% na Tarifa de Uso do Sistema de Distribuição - TUSD - Campus Euclides da Cunha	MWh	78,84	88,00	88,00
3	Fornecimento de energia elétrica, ano 2028, do tipo incentivada com 100% na Tarifa de Uso do Sistema de Distribuição - TUSD - Campus Euclides da Cunha	MWh	79,056	89,00	89,00

CAMPUS FEIRA DE SANTANA:					
Item	DESCRIÇÃO/ ESPECIF.	UNIDADE DE MEDIDA	REQUISIÇÃO MÍNIMA	REQUISIÇÃO Máxima	Quantidade total
1	Fornecimento de energia elétrica, ano 2026, do tipo incentivada com	MWh	87,31	98,00	98,00

	100% na Tarifa de Uso do Sistema de Distribuição - TUSD - Campus Feira de Santana				
2	Fornecimento de energia elétrica, ano 2027, do tipo incentivada com 100% na Tarifa de Uso do Sistema de Distribuição - TUSD - Campus Feira de Santana	MWh	157,68	177,00	177,00
3	Fornecimento de energia elétrica, ano 2028, do tipo incentivada com 100% na Tarifa de Uso do Sistema de Distribuição - TUSD - Campus Feira de Santana	MWh	158,112	177,00	177,00

CAMPUS ILHÉUS:					
Item	DESCRIÇÃO/ ESPECIF.	UNIDADE DE MEDIDA	REQUISIÇÃO MÍNIMA	REQUISIÇÃO Máxima	Quantidade total
1	Fornecimento de energia elétrica, ano 2026, do tipo incentivada com 100% na Tarifa de Uso do Sistema de Distribuição - TUSD - Campus Ilhéus	MWh	82,18	92,00	92,00
2	Fornecimento de energia elétrica, ano 2027, do tipo incentivada com 100% na Tarifa de Uso do Sistema de Distribuição - TUSD - Campus Ilhéus	MWh	148,92	167,00	167,00
3	Fornecimento de energia elétrica, ano 2028, do tipo incentivada com 100% na Tarifa de Uso do Sistema de Distribuição - TUSD - Campus Ilhéus	MWh	149,328	167,00	167,00

CAMPUS IRECÊ:					
Item	DESCRIÇÃO/ ESPECIF.	UNIDADE DE MEDIDA	REQUISIÇÃO MÍNIMA	REQUISIÇÃO Máxima	Quantidade total
1		MWh	66,77	75,00	75,00

	Fornecimento de energia elétrica, ano 2026, do tipo incentivada com 100% na Tarifa de Uso do Sistema de Distribuição - TUSD - Campus Irecê				
2	Fornecimento de energia elétrica, ano 2027, do tipo incentivada com 100% na Tarifa de Uso do Sistema de Distribuição - TUSD - Campus Irecê	MWh	122,64	137,00	137,00
3	Fornecimento de energia elétrica, ano 2028, do tipo incentivada com 100% na Tarifa de Uso do Sistema de Distribuição - TUSD - Campus Irecê	MWh	122,976	138,00	138,00

CAMPUS JACOBINA:					
Item	DESCRIÇÃO/ ESPECIF.	UNIDADE DE MEDIDA	REQUISIÇÃO MÍNIMA	REQUISIÇÃO Máxima	Quantidade total
1	Fornecimento de energia elétrica, ano 2026, do tipo incentivada com 100% na Tarifa de Uso do Sistema de Distribuição - TUSD - Campus Jacobina	MWh	46,22	52,00	52,00
2	Fornecimento de energia elétrica, ano 2027, do tipo incentivada com 100% na Tarifa de Uso do Sistema de Distribuição - TUSD - Campus Jacobina	MWh	78,84	88,00	88,00
3	Fornecimento de energia elétrica, ano 2028, do tipo incentivada com 100% na Tarifa de Uso do Sistema de Distribuição - TUSD - Campus Jacobina	MWh	79,056	89,00	89,00

CAMPUS JAGUAQUARA:					
Item	DESCRIÇÃO/ ESPECIF.	UNIDADE DE MEDIDA	REQUISIÇÃO MÍNIMA	REQUISIÇÃO Máxima	Quantidade total

1	Fornecimento de energia elétrica, ano 2026, do tipo incentivada com 100% na Tarifa de Uso do Sistema de Distribuição - TUSD - Campus Jaguaquara	MWh	15,41	17,00	17,00
2	Fornecimento de energia elétrica, ano 2027, do tipo incentivada com 100% na Tarifa de Uso do Sistema de Distribuição - TUSD - Campus Jaguaquara	MWh	26,28	29,00	29,00
3	Fornecimento de energia elétrica, ano 2028, do tipo incentivada com 100% na Tarifa de Uso do Sistema de Distribuição - TUSD - Campus Jaguaquara	MWh	26,352	30,00	30,00

CAMPUS JEQUIÉ:					
Item	DESCRIÇÃO/ ESPECIF.	UNIDADE DE MEDIDA	REQUISIÇÃO MÍNIMA	REQUISIÇÃO Máxima	Quantidade total
1	Fornecimento de energia elétrica, ano 2026, do tipo incentivada com 100% na Tarifa de Uso do Sistema de Distribuição - TUSD - Campus Jequié	MWh	82,18	92,00	92,00
2	Fornecimento de energia elétrica, ano 2027, do tipo incentivada com 100% na Tarifa de Uso do Sistema de Distribuição - TUSD - Campus Jequié	MWh	140,16	157,00	157,00
3	Fornecimento de energia elétrica, ano 2028, do tipo incentivada com 100% na Tarifa de Uso do Sistema de Distribuição - TUSD - Campus Jequié	MWh	140,544	157,00	157,00

CAMPUS PORTO SEGURO:					
Item	DESCRIÇÃO/ ESPECIF.	UNIDADE DE	REQUISIÇÃO MÍNIMA	REQUISIÇÃO Máxima	Quantidade total

		<i>MEDIDA</i>			
1	Fornecimento de energia elétrica, ano 2026, do tipo incentivada com 100% na Tarifa de Uso do Sistema de Distribuição - TUSD - Campus Porto Seguro	MWh	118,13	132,00	132,00
2	Fornecimento de energia elétrica, ano 2027, do tipo incentivada com 100% na Tarifa de Uso do Sistema de Distribuição - TUSD - Campus Porto Seguro	MWh	210,24	235,00	235,00
3	Fornecimento de energia elétrica, ano 2028, do tipo incentivada com 100% na Tarifa de Uso do Sistema de Distribuição - TUSD - Campus Porto Seguro	MWh	210,816	236,00	236,00

<i>UNIDADE REITORIA:</i>					
<i>Item</i>	<i>DESCRIÇÃO/ ESPECIF.</i>	<i>UNIDADE DE MEDIDA</i>	<i>REQUISICÃO MÍNIMA</i>	<i>REQUISICÃO Máxima</i>	<i>Quantidade total</i>
1	Fornecimento de energia elétrica, ano 2026, do tipo incentivada com 100% na Tarifa de Uso do Sistema de Distribuição - TUSD - Unidade Reitoria	MWh	179,76	201,00	201,00
2	Fornecimento de energia elétrica, ano 2027, do tipo incentivada com 100% na Tarifa de Uso do Sistema de Distribuição - TUSD - Unidade Reitoria	MWh	324,12	363,00	363,00
3	Fornecimento de energia elétrica, ano 2028, do tipo incentivada com 100% na Tarifa de Uso do Sistema de Distribuição - TUSD - Unidade Reitoria	MWh	325,008	364,00	364,00

<i>CAMPUS SALVADOR 1 E 2:</i>					
<i>Item</i>	<i>DESCRIÇÃO/ ESPECIF.</i>	<i>UNIDADE</i>	<i>REQUISICÃO</i>	<i>REQUISICÃO</i>	<i>Quantidade</i>

		<i>DE MEDIDA</i>	<i>MÍNIMA</i>	<i>Máxima</i>	<i>total</i>
1	Fornecimento de energia elétrica, ano 2026, do tipo incentivada com 100% na Tarifa de Uso do Sistema de Distribuição - TUSD - Campus Salvador 1 e 2	MWh	585,50	656,00	656,00
2	Fornecimento de energia elétrica, ano 2027, do tipo incentivada com 100% na Tarifa de Uso do Sistema de Distribuição - TUSD - Campus Salvador 1 e 2	MWh	1051,2	1.177,00	1.177,00
3	Fornecimento de energia elétrica, ano 2028, do tipo incentivada com 100% na Tarifa de Uso do Sistema de Distribuição - TUSD - Campus Salvador 1 e 2	MWh	1045,296	1.171,00	1.171,00

<i>CAMPUS SANTO AMARO:</i>					
<i>Item</i>	<i>DESCRIÇÃO/ ESPECIF.</i>	<i>UNIDADE DE MEDIDA</i>	<i>REQUISICÃO MÍNIMA</i>	<i>REQUISICÃO Máxima</i>	<i>Quantidade total</i>
1	Fornecimento de energia elétrica, ano 2026, do tipo incentivada com 100% na Tarifa de Uso do Sistema de Distribuição - TUSD - Campus Santo Amaro	MWh	51,36	58,00	58,00
2	Fornecimento de energia elétrica, ano 2027, do tipo incentivada com 100% na Tarifa de Uso do Sistema de Distribuição - TUSD - Campus Santo Amaro	MWh	96,36	108,00	108,00
3	Fornecimento de energia elétrica, ano 2028, do tipo incentivada com 100% na Tarifa de Uso do Sistema de Distribuição - TUSD - Campus Santo Amaro	MWh	96,624	108,00	108,00

<i>CAMPUS SEABRA:</i>					

<i>Item</i>	<i>DESCRIÇÃO/ ESPECIF.</i>	<i>UNIDADE DE MEDIDA</i>	<i>REQUISIÇÃO MÍNIMA</i>	<i>REQUISIÇÃO Máxima</i>	<i>Quantidade total</i>
1	Fornecimento de energia elétrica, ano 2026, do tipo incentivada com 100% na Tarifa de Uso do Sistema de Distribuição - TUSD - Campus Seabra	MWh	20,54	23,00	23,00
2	Fornecimento de energia elétrica, ano 2027, do tipo incentivada com 100% na Tarifa de Uso do Sistema de Distribuição - TUSD - Campus Seabra	MWh	35,04	39,00	39,00
3	Fornecimento de energia elétrica, ano 2028, do tipo incentivada com 100% na Tarifa de Uso do Sistema de Distribuição - TUSD - Campus Seabra	MWh	35,136	39,00	39,00

<i>CAMPUS SIMÕES FILHO:</i>					
<i>Item</i>	<i>DESCRIÇÃO/ ESPECIF.</i>	<i>UNIDADE DE MEDIDA</i>	<i>REQUISIÇÃO MÍNIMA</i>	<i>REQUISIÇÃO Máxima</i>	<i>Quantidade total</i>
1	Fornecimento de energia elétrica, ano 2026, do tipo incentivada com 100% na Tarifa de Uso do Sistema de Distribuição - TUSD - Campus Simões Filho	MWh	164,35	184,00	184,00
2	Fornecimento de energia elétrica, ano 2027, do tipo incentivada com 100% na Tarifa de Uso do Sistema de Distribuição - TUSD - Campus Simões Filho	MWh	289,08	324,00	324,00
3	Fornecimento de energia elétrica, ano 2028, do tipo incentivada com 100% na Tarifa de Uso do Sistema de Distribuição - TUSD - Campus Simões Filho	MWh	289,872	325,00	325,00

--	--

CAMPUS VALENÇA:					
<i>Item</i>	<i>DESCRIÇÃO/ ESPECIF.</i>	<i>UNIDADE DE MEDIDA</i>	<i>REQUISIÇÃO MÍNIMA</i>	<i>REQUISIÇÃO Máxima</i>	<i>Quantidade total</i>
1	Fornecimento de energia elétrica, ano 2026, do tipo incentivada com 100% na Tarifa de Uso do Sistema de Distribuição - TUSD - Campus Valença	MWh	118,13	132,00	132,00
2	Fornecimento de energia elétrica, ano 2027, do tipo incentivada com 100% na Tarifa de Uso do Sistema de Distribuição - TUSD - Campus Valença	MWh	210,24	235,00	235,00
3	Fornecimento de energia elétrica, ano 2028, do tipo incentivada com 100% na Tarifa de Uso do Sistema de Distribuição - TUSD - Campus Valença	MWh	210,816	236,00	236,00

CAMPUS VITÓRIA DA CONQUISTA:					
<i>Item</i>	<i>DESCRIÇÃO/ ESPECIF.</i>	<i>UNIDADE DE MEDIDA</i>	<i>REQUISIÇÃO MÍNIMA</i>	<i>REQUISIÇÃO Máxima</i>	<i>Quantidade total</i>
1	Fornecimento de energia elétrica, ano 2026, do tipo incentivada com 100% na Tarifa de Uso do Sistema de Distribuição - TUSD - Campus Vitória da Conquista	MWh	107,86	121,00	121,00
2	Fornecimento de energia elétrica, ano 2027, do tipo incentivada com 100% na Tarifa de Uso do Sistema de Distribuição - TUSD - Campus Vitória da Conquista	MWh	192,72	216,00	216,00
3	Fornecimento de energia elétrica, ano 2028, do tipo incentivada com 100% na	MWh	193,248	216,00	216,00

	Tarifa de Uso do Sistema de Distribuição - TUSD - Campus Vitória da Conquista				
--	---	--	--	--	--

Classificação do objeto quanto à heterogeneidade ou complexidade

1.2. O(s) serviço(s) objeto desta contratação são caracterizados como **comum(ns)**, conforme justificativa constante do Estudo Técnico Preliminar.

Classificação do objeto quanto ao modelo de execução

1.3. O serviço é enquadrado como continuado tendo em vista que é necessário para manter a atividade administrativa do órgão, sendo a vigência plurianual mais vantajosa considerando o Estudo Técnico Preliminar ;

Prazo de vigência

1.4. O prazo de vigência da contratação é de 2 anos e sete meses contados do(a) **data da assinatura do contrato** , com início previsto para 01/06/2026 e término previsto em 31/12/2028, prorrogável por até 10 anos, na forma dos artigos 106 e 107 da Lei nº 14.133, de 2021. Caso a migração para o Mercado Livre de Energia não ocorra na data prevista no Cronograma (01/06/2026) por motivos incluindo, mas não se limitando a atraso no envio de documentos, falha na modelagem na CCEE ou pendências técnicas na unidade consumidora, o Contrato terá sua vigência suspensa pelo período de atraso e somente será iniciado após a efetiva conclusão do processo de migração na CCEE, sem qualquer alteração na data de encerramento do contrato.

1.5. O contrato ou outro instrumento hábil que o substitua oferece maior detalhamento das regras que serão aplicadas em relação à vigência da contratação.

2. FUNDAMENTAÇÃO E DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO

2.1. A Fundamentação da Contratação e de seus quantitativos encontra-se pormenorizada em tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares, apêndice deste Termo de Referência.

2.2. O objeto da contratação está previsto no Plano de Contratações Anual 2026, conforme detalhamento a seguir:

- I. ID PCA no PNCP: 10764307000112-0-000002/2026;
- II. Data de publicação no PNCP: 30/04/2025;
- III. Id do item no PCA: 95;
- IV. Classe/Grupo: 9999 - ITENS DIVERSOS;
- V. Identificador da Futura Contratação: 158145-17/2026;

3. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO CONSIDERADO O CICLO DE VIDA DO OBJETO

3.1. A descrição da solução como um todo encontra-se pormenorizada em tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares, apêndice deste Termo de Referência.

4. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

Sustentabilidade

4.1. Além dos critérios de sustentabilidade eventualmente inseridos na descrição do objeto, devem ser atendidos os seguintes requisitos, que se baseiam no Guia Nacional de Contratações Sustentáveis:

4.1.1. Conforme instruído no artigo 6º da Instrução Normativa nº1, de 19 de janeiro de 2010, a Secretaria de Logística e Tecnologia da Informação do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, a CONTRATADA deverá adotar as seguintes práticas de sustentabilidade na execução dos serviços, quando couber:

Art. 6º (...):

I – use produtos de limpeza e conservação de superfícies e objetos inanimados que obedeçam às classificações e especificações determinadas pela ANVISA;

II – adote medidas para evitar o desperdício de água tratada, conforme instituído no Decreto nº48.138, de 8 de outubro de 2003;

III – Observe a Resolução CONAMA nº 20, de 7 de dezembro de 1994, quanto aos equipamentos de limpeza que gerem ruído no seu funcionamento;

IV – forneça aos empregados os equipamentos de segurança que se fizerem necessários, para a execução de serviços;

V - realize um programa interno de treinamento de seus empregados, nos três primeiros meses de execução contratual, para redução de consumo de energia elétrica, de consumo de água e redução de produção de resíduos sólidos, observadas as normas ambientais vigentes;

VI - realize a separação dos resíduos recicláveis descartados pelos órgãos e entidades da Administração Pública Federal direta, autárquica e fundacional, na fonte geradora, e a sua destinação às associações e cooperativas dos catadores de materiais recicláveis, que será procedida pela coleta seletiva do papel para reciclagem, quando couber, nos termos da IN/MARE nº 6, de 3 de novembro de 1995 e do Decreto nº 5.940, de 25 de outubro de 2006;

VII – respeite as Normas Brasileiras – NBR publicadas pela Associação Brasileira de Normas Técnicas sobre resíduos sólidos; e

VIII – preveja a destinação ambiental adequada das pilhas e baterias usadas ou inservíveis, segundo disposto na Resolução CONAMA nº 257, de 30 de junho de 1999.

Indicação de marcas ou modelos

4.2. Para a presente contratação não se aplica a indicação de marcas ou modelos.

Da vedação de utilização de marca/produto na execução do serviço

4.3. Para a presente contratação não se aplica a vedação de contratação de marca ou produto.

Da exigência de carta de solidariedade

4.4. Para a presente contratação não se aplica a exigência de carta de solidariedade.

Subcontratação

4.5. *Não será admitida a subcontratação do objeto contratual.*

Garantia da contratação

4.6. Não haverá exigência da garantia da contratação dos art. 96 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021, pelas razões constantes do Estudo Técnico Preliminar.

Vistoria

4.7. *A avaliação prévia do local de execução dos serviços poderá ser feita para o conhecimento pleno das condições e peculiaridades do objeto a ser contratado, sendo assegurado ao interessado o direito de realização de*

vistoria prévia, acompanhado por servidor designado para esse fim, de segunda à sexta-feira, das **9h00 às 11h30** horas às **14h00 às 16h30** horas.

4.8. Serão disponibilizados data e horário diferentes aos interessados em realizar a vistoria prévia.

4.9. Para a vistoria, o representante legal da empresa ou responsável técnico deverá estar devidamente identificado, apresentando documento de identidade civil e documento expedido pela empresa comprovando sua habilitação para a realização da vistoria.

4.9.1. A vistoria será realizada mediante agendamento por meio dos seguintes e-mails:

CAMPUS	EMAIL
Reitoria	dgap@ifba.edu.br
Simões Filho	depadsfilho@ifba.edu.br
Campo Formoso	depad.cfo@ifba.edu.br
Brumado	dap.brumado@ifba.edu.br
Irecê	depad.irece@ifba.edu.br
Jequié	dap.jequie@ifba.edu.br
Vitória da Conquista	dg.vdc@ifba.edu.br
Euclides da Cunha	depad.euc@ifba.edu.br
Salvador	demag-ssa@ifba.edu.br
Feira de Santana	depad-fsa@ifba.edu.br
Camaçari	depadcamacari@ifba.edu.br
Ilhéus	dap-ilheus@ifba.edu.br
Porto Seguro	depadps@ifba.edu.br
Valença	dap.val@ifba.edu.br
Jacobina	dap.jac@ifba.edu.br
Seabra	dap.seabra@ifba.edu.br

Jaguaquara	cr.jag@ifba.edu.br
Santo Amaro	depad-samaro@ifba.edu.br

4.8. Caso o interessado opte por não realizar a vistoria, deverá prestar declaração formal assinada pelo seu responsável técnico acerca do conhecimento pleno das condições e peculiaridades da contratação.

4.9. A não realização da vistoria não poderá embasar posteriores alegações de desconhecimento das instalações, dúvidas ou esquecimentos de quaisquer detalhes dos locais da prestação dos serviços, devendo o Contratado assumir os ônus dos serviços decorrentes.

Instalação de escritório

4.10. Não se considera imprescindível para a adequada execução dos serviços contratados que o fornecedor possua ou venha a instalar escritório contendo estrutura administrativa mínima, nos municípios de **localização das unidades consumidoras**:

Margem de Preferência

4.11. Para a presente contratação não se aplica a margem de preferência, pois o objeto não está contemplado com margem de preferência, conforme Decreto n.º 11.890/2024 e Resoluções da Comissão Interministerial de Contratações Públicas para o Desenvolvimento Sustentável – CICS.

5. MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO

Condições de execução

5.1. A execução do objeto seguirá a seguinte dinâmica:

5.1.1. Início da execução do objeto: Após assinatura do contrato de prestação de serviço, a CONTRATADA deverá iniciar a execução, prevista para o dia 01 de junho de 2026.

5.1.2. Descrição detalhada dos métodos, rotinas, etapas, tecnologias procedimentos, frequência e periodicidade de execução do trabalho:

5.1.2.1. O fornecimento de energia elétrica deverá ser na Modalidade Varejista, pelo período de 2 anos e sete meses com data de início prevista para 01/06/2026 e término previsto para 31/12/2028 programado para fornecimento de até 10.396 Megawatt médio anual no Ambiente de Contratação Livre (ACL);

5.1.2.2. O submercado de entrega de energia nesta contratação será Nordeste;

5.1.2.3. A CONTRATADA deverá realizar o aporte financeiro obrigatório de garantias financeiras junto a CCEE;

5.1.2.4. O IFBA não será um agente da CCEE, este papel será realizado pela CONTRATADA;

5.1.2.5 Dessa contratação, estarão participando 19 unidades consumidoras do IFBA, cuja titularidade está vinculada à Reitoria ou campi do IFBA.

5.1.2.6 O contrato será único para atendimento de todas as unidades consumidoras, e será gerenciado pelo IFBA - Reitoria, órgão gerenciador do certame.

5.1.2.7. A energia consumida deverá ser faturada de forma individualizada para cada uma das 19 unidades consumidoras.

5.1.2.8 Os fornecimentos serão realizados dentro da vigência contratual prevista sem interrupção para o período descrito no tópico 5.1.2.1.

5.1.2.9 As unidades consumidoras do IFBA a serem atendidas foram listadas no Quadro constante o tópico 5.2.

5.1.3. Cronograma de realização dos serviços:

ETAPA	INÍCIO	FIM
1	01/06/2026	31/12/2026
2	01/01/2027	31/12/2027
3	01/01/2028	31/12/2028

Local e horário da prestação dos serviços

5.2. Os serviços serão prestados no seguinte endereço:

IFBA - Reitoria - Avenida Araújo Pinho, nº 39 – Canela, Salvador – BA CEP: 40.110-150
IFBA - Campus Campo Formoso - Rua José Rufino, BA-220, KM 2,5 – Bairro Sítio Esplanada – Campo Formoso – BA CEP: 44.790-000
IFBA - Campus Euclides da Cunha - Avenida Renato Campos, nº 900, BR-116, Km 220, Bairro Nossa Senhora da Conceição - Euclides da Cunha/BA, CEP 48500-000
IFBA - Campus Jaguaquara - Endereço: BR-420, Zona do Aeroporto, Zona Rural, Jaguaquara – BA, CEP 45345-000
IFBA - Campus Brumado - Rua Francisco Manoel da Cruz, s/n, Bairro São José, Brumado – BA, CEP 46110-366
IFBA - Campus Camaçari - Avenida Jorge Amado, s/n, Jardim Limoeiro, Camaçari – BA, CEP 42801-245
IFBA - Campus Rodovia BR-324, Km 102, s/n, Bairro Aviário, Feira de Santana – BA, CEP 44096-486
IFBA - Campus Feira de Santana - Rodovia Ilhéus-Itabuna, Km 13, Bairro Vila Cachoeira, Ilhéus – BA, CEP 45661-700
IFBA - Campus Irecê - Rodovia BA-148, km 04, nº 1800, Bairro Vila Esperança, Irecê – BA, CEP 44900-000
IFBA - Campus Jacobina - Avenida Centenário, nº 500, Bairro Nazaré, Jacobina – BA, CEP 44700-000
IFBA - Campus Jequié - Rua Jean Torres de Oliveira, s/n, Loteamento Cidade Nova, Bairro John Kennedy, Jequié – BA, CEP 45201-767

IFBA - Campus Porto Seguro - Rodovia BR-367, Km 57,5, Bairro Fontana I, Porto Seguro – BA, CEP 45810-000
IFBA - Campus Salvador - Rua Emídio dos Santos, s/n, Bairro Barbalho, Salvador – BA, CEP 40301-015
IFBA - Campus Salvador - Rua Souto Dalva, s/n, Bairro Barbalho, Salvador – BA, CEP 40301-015
IFBA - Campus Santo Amaro - Travessa São José, s/n, Bairro Bonfim, Santo Amaro – BA, CEP 44200-000
IFBA - Campus Seabra - Estrada Vicinal para Tenda, s/n, Bairro Barro Vermelho, Seabra – BA, CEP 46900-000
IFBA - Campus Simões Filho - Via Universitária, s/n, Bairro Pitanguihas, Simões Filho – BA, CEP 43700-000
IFBA - Campus Valença - Rua Vereador Romeu Agrário Martins, s/n, Bairro do Tento, Valença – BA, CEP 45400-000
IFBA - Campus Vitória da Conquista - Avenida Sérgio Vieira de Melo, nº 3150, Bairro Zabelê, Vitória da Conquista – BA, CEP 45078-300

5.3. Os serviços serão prestados no seguinte horário: *De forma contínua, considerando a natureza do objeto.*

Rotinas a serem cumpridas

- 5.3.1 A execução contratual observará as rotinas:
- 5.3.2. O faturamento da energia será realizado mensalmente, devendo ser emitida uma nota fiscal/fatura para a unidade consumidora (CNPJ) correspondente, em conformidade com a quantidade da Energia Mensal Faturável, em megawatt-hora (MWh), de acordo com os parâmetros a seguir:
- 5.3.3. A Energia faturável será de acordo com o montante consumido no mês, sendo seu faturamento calculado da seguinte forma:

Para cada mês de fornecimento a CONTRATADA emitirá contra a CONTRATANTE uma nota fiscal, cujo valor será definido pela multiplicação do volume de fornecimento pelo preço vigente para o período. O volume de fornecimento, expresso em megawatts-hora, será calculado a partir da seguinte equação, respeitando os limites máximo e mínimo de flexibilidade:

$$V_{\text{fornecimento}}=(C_{\text{total}}+\text{Perdas})-\text{PROINFA}$$

- Onde:
- $V_{\text{fornecimento}}$: Volume a ser fornecido respeitando os limites de flexibilidade, expresso em megawatts-hora (MWh)
- C_{total} : Soma do consumo das unidades incluídas no contrato, expresso em megawatts-hora (MWh)
- Perdas: Parcela as perdas do sistema de transmissão de responsabilidade do consumidor no volume de 3% do C_{total} , expresso em megawatts-hora (MWh)
- PROINFA: Parcela do volume referente ao PROINFA, em proporção ao C_{total} , expresso em megawatts-hora (MWh)

Materiais a serem disponibilizados

5.4. *Para a perfeita execução dos serviços, o Contratado deverá disponibilizar os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários*

Informações relevantes para o dimensionamento da proposta

5.5. *A demanda do órgão tem como base as seguintes características:*

5.5.1. O consumo de energia elétrica registrado ao longo do período de 2023 a 2025.

5.5.2. A carga média e quantidades de energia equivalente previstas para os anos de 2026, 2027 e 2028, para cada unidade consumidora, são aquelas informadas do item 1.1.

5.5.3. O preço da energia ofertada deverá contemplar:

- **Comprador:** IFBA – INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DA BAHIA;
- **Consumidor:** VAREJISTA - A4;
- **Tipo de Energia:** Incentivada 100%;
- **Submercado:** NE;
- **Horizonte de contratação:** 2026 (junho a dezembro) / 2027 (janeiro a dezembro) / 2028 (janeiro a dezembro);
- **Flexibilidade de acordo com o montante consumido** +- 100%;
- **Preço com Encargos incluídos (ESS, ERCAP, COTA ANGRA e EER);**
- **Índice Reajuste Energia:** IPCA, conforme data do orçamento (20/03/2026);
- **Periodicidade do Reajuste:** Anual;
- **ICMS:** 20,5% - Inserir na proposta o valor relativo com e sem ICMS;
- Modulação horária conforme carga;
- **VALOR DO RETUSD:** R\$ 70,00 e
- **Fator de perdas:** 3% (Constante Padrão).

5.5.4. Caso ocorra reajuste no valor do ICMS, será realizado o restabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro (a ser disposto no Termo de Contrato).

5.5.5. Os licitantes devem submeter suas propostas de acordo com o modelo anexo ao Termo de Referência, no qual deverão constar os valores da contratação (unitário e total) somente "com PIS e COFINS e sem ICMS" e também "com PIS, COFINS e ICMS". No entanto, os valores a serem registrados no sistema (Portal de Compras) precisam incluir o ICMS.

5.5.6. Para a formulação de sua proposta, além das disposições deste Termo de Referência, o licitante deverá considerar que será celebrado um único contrato e que os fornecimentos serão prestados em 19 unidades consumidoras, conforme 5.4 deste Termo de Referência. Assim, o contratado deverá emitir uma nota fiscal para cada uma dessas unidades em que os fornecimentos forem realizados. Por fim, deverão estar inclusos na sua proposta todos os custos operacionais e logísticos envolvidos no fornecimentos as unidades consumidoras em que estão situadas os campi do Contratante.

5.5.7. Para fins de análise por parte dos licitantes, foi anexado o balanço patrimonial e demonstrativo financeiro do órgão (Anexo I).

Disposições específicas para contratações integradas e semi-integradas

5.6. *Para a presente contratação não se aplica o item, tendo em vista que a contratação não é integrada ou semi-integrada.*

Especificação da garantia do serviço

5.7. *O prazo de garantia dos serviços é aquele estabelecido na Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990 (Código de Defesa do Consumidor).*

Uniformes

5.8 *Para a presente contratação não se aplica esse item.*

Procedimentos de transição e finalização do contrato

5.9. *Não serão necessários procedimentos de transição e finalização do contrato devido às características do objeto.*

6. MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO

6.1. O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

6.2. Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila.

6.3. As comunicações entre o órgão ou entidade e o Contratado devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.

6.4. O órgão ou entidade poderá convocar o preposto da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.

6.5. *Após a assinatura do contrato ou instrumento equivalente, o órgão ou entidade poderá convocar o representante da empresa contratada para reunião inicial para apresentação do plano de fiscalização, que conterá informações acerca das obrigações contratuais, dos mecanismos de fiscalização, das estratégias para execução do objeto, do plano complementar de execução do Contratado, quando houver, do método de aferição dos resultados e das sanções aplicáveis, dentre outros.*

Preposto

6.6. O Contratado designará formalmente o preposto da empresa, antes do início da prestação dos serviços, indicando no instrumento os poderes e deveres em relação à execução do objeto Contratado.

6.7. O Contratado *não necessitará* manter preposto da empresa no local da execução do objeto.

6.8. O Contratante poderá recusar, desde que justificadamente, a indicação ou a manutenção do preposto da empresa, hipótese em que o Contratado designará outro para o exercício da atividade.

Rotinas de Fiscalização

6.9. A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal(is) do contrato, ou pelos respectivos substitutos.

Fiscalização Técnica

6.10. O fiscal técnico do contrato acompanhará a execução do contrato, para que sejam cumpridas todas as condições estabelecidas no contrato, de modo a assegurar os melhores resultados para a Administração.

6.11. O fiscal técnico do contrato anotar no histórico de gerenciamento do contrato todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, com a descrição do que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados.

6.12. Identificada qualquer inexatidão ou irregularidade, o fiscal técnico do contrato emitirá notificações para a correção da execução do contrato, determinando prazo para a correção.

6.13. O fiscal técnico do contrato informará ao gestor do contrato, em tempo hábil, a situação que demandar decisão ou adoção de medidas que ultrapassem sua competência, para que adote as medidas necessárias e saneadoras, se for o caso.

6.14. No caso de ocorrências que possam inviabilizar a execução do contrato nas datas aprezadas, o fiscal técnico do contrato comunicará o fato imediatamente ao gestor do contrato.

6.15. O fiscal técnico do contrato comunicará ao gestor do contrato, em tempo hábil, o término do contrato sob sua responsabilidade, com vistas à tempestiva renovação ou à prorrogação contratual.

6.16. *A fiscalização da execução dos serviços abrange, ainda, as seguintes rotinas:*

6.16.1. Avaliar a conformidade do faturamento;

6.16.2. Avaliar a tempestividade na emissão e envio das faturas;

6.16.3 *Avaliar disponibilidade e suporte técnico por parte da contratada; e*

6.16.4 *Avaliar a entrega e qualidade dos relatórios comparativos (ACL x ACR).*

6.17. A fiscalização de que trata esta cláusula não exclui nem reduz a responsabilidade do Contratado, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas, vícios redibitórios, ou emprego de material inadequado ou de qualidade inferior e, na ocorrência desta, não implica corresponsabilidade do Contratante ou de seus agentes, gestores e fiscais, de conformidade.

6.18. As disposições previstas neste Termo de Referência não excluem o disposto no Anexo VIII da Instrução Normativa SEGES/MP nº 05, de 2017, aplicável no que for pertinente à contratação, por força da Instrução Normativa Seges/ME nº 98, de 26 de dezembro de 2022.

Fiscalização Administrativa

6.19. O fiscal administrativo do contrato verificará a manutenção das condições de habilitação da contratada, acompanhará o empenho, o pagamento, as garantias, as glosas e a formalização de apostilamento e termos aditivos, solicitando quaisquer documentos comprobatórios pertinentes, caso necessário.

6.20. Caso ocorra descumprimento das obrigações contratuais, o fiscal administrativo do contrato atuará tempestivamente na solução do problema, reportando ao gestor do contrato para que tome as providências cabíveis, quando ultrapassar a sua competência.

6.21. *Além do disposto acima, a fiscalização contratual obedecerá às seguintes rotinas:*

6.21.1. Os fiscais do contrato deverão analisar a consistência e tempestividade do envio das notas fiscais. Em caso de dúvida ou discordância, os fiscais deverão entrar em contato, via telefone e/ou email, com a CONTRATADA. Em caso de concordância com a cobrança, o fiscal deverá:

6.21.1.1. *Atestar eletronicamente as notas fiscais, que deverá ser emitida mensalmente pela contratante, até 15 (quinze) dias úteis anteriores à data de vencimento da fatura;*

6.21.1.2. *Realizar consulta da situação da Empresa no SICAF (Sistema de Cadastro de Fornecedores). Caso exista alguma certidão vencida, o fiscal deverá comunicar à Empresa para que providencie a regularização;*

6.21.1.3. *Efetuar as medições no contrato no "comprasgov contratos";*

6.21.1.4. *Encaminhar processos eletrônicos para a Coordenações/diretorias responsáveis pelo pagamentos e aos Gestores de Contratos para as providências cabíveis aos pagamentos.*

6.21.1.5. *Para cada campus serão designados 1 (um) fiscal de contrato titular e 1 (um) fiscal substituto, bem como 1 (um) gestor de contrato titular e 1 (um) gestor substituto. Reforça-se, conforme já exposto no item 5.5.6, que, embora seja celebrado um único contrato, as medições para fins de liquidação e pagamento ocorrerão de forma individualizada em cada campus, para cada unidade consumidora.*

Gestor do Contrato

6.22. Cabe ao gestor do contrato:

6.22.1 coordenar a atualização do processo de acompanhamento e fiscalização do contrato contendo todos os registros formais da execução no histórico de gerenciamento do contrato, a exemplo da ordem de serviço, do registro de ocorrências, das alterações e das prorrogações contratuais, elaborando relatório com vistas à verificação da necessidade de adequações do contrato para fins de atendimento da finalidade da administração.

6.22.2. acompanhar os registros realizados pelos fiscais do contrato, de todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato e as medidas adotadas, informando, se for o caso, à autoridade superior àquelas que ultrapassarem a sua competência.

6.22.3. acompanhar a manutenção das condições de habilitação da contratada, para fins de empenho de despesa e pagamento, e anotar os problemas que obstem o fluxo normal da liquidação e do pagamento da despesa no relatório de riscos eventuais.

6.22.4. emitir documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico, administrativo e setorial quanto ao cumprimento de obrigações assumidas pelo Contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado nos indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações.

6.22.5. tomar providências para a formalização de processo administrativo de responsabilização para fins de aplicação de sanções, a ser conduzido pela comissão de que trata o art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, ou pelo agente ou pelo setor com competência para tal, conforme o caso.

6.22.6. elaborar relatório final com informações sobre a consecução dos objetivos que tenham justificado a contratação e eventuais condutas a serem adotadas para o aprimoramento das atividades da Administração.

6.22.7. enviar a documentação pertinente ao setor de contratos para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, com a indicação expressa de que o valor da Nota Fiscal emitida pela contratada confere com o valor dimensionado pela fiscalização e gestão no recebimento definitivo do serviço.

7. CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E PAGAMENTO

7.1. *A avaliação da execução do objeto utilizará o Instrumento de Medição de Resultado (IMR), conforme previsto no Anexo II.*

7.2. Será indicada a retenção ou glosa no pagamento, proporcional à irregularidade verificada, sem prejuízo das sanções cabíveis, caso se constate que o Contratado:

7.2.1 não produziu os resultados acordados,

7.2.2. deixou de executar, ou não executou com a qualidade mínima exigida as atividades contratadas; ou

7.2.3. deixou de utilizar materiais e recursos humanos exigidos para a execução do serviço, ou os utilizou com qualidade ou quantidade inferior à demandada.

7.3. *A utilização do IMR não impede a aplicação concomitante de outros mecanismos para a avaliação da prestação dos serviços.*

7.4. *A aferição da execução contratual para fins de pagamento considerará os seguintes critérios:*

7.4.1. *Conformidade do Faturamento;*

7.4.2. *Tempestividade na Emissão das Faturas;*

7.4.3. *Disponibilidade e Suporte Técnico; e*

7.4.4. *Avalia a entrega e qualidade dos relatórios comparativos (ACL x ACR).*

Recebimento

7.5. Os serviços serão recebidos provisoriamente, no prazo de 7 (sete) dias, pelos fiscais técnico e administrativo, mediante termos detalhados, quando verificado o cumprimento das exigências de caráter técnico e administrativo.

7.6 *Não se tratando de obra ou serviço de engenharia, para fins de recebimento provisório o fornecimento mensal de energia elétrica (encerramento do mês), comprovado pelos dados de medição e pela emissão da correspondente fatura.*

7.7 O prazo para recebimento provisório será contado do recebimento de comunicação de cobrança oriunda do Contratado com a comprovação da prestação dos serviços a que se referem a parcela a ser paga.

7.8. O fiscal técnico do contrato realizará o recebimento provisório do objeto do contrato mediante termo detalhado que comprove o cumprimento das exigências de caráter técnico.

7.9. O fiscal administrativo do contrato realizará o recebimento provisório do objeto do contrato mediante termo detalhado que comprove o cumprimento das exigências de caráter administrativo.

7.10. O fiscal setorial do contrato, quando houver, realizará o recebimento provisório sob o ponto de vista técnico e administrativo.

7.11 Para efeito de recebimento provisório, será considerado para fins de faturamento o período *mensal de execução dos serviços*.

7.12. Ao final de cada período/evento de faturamento:

7.12.1 o fiscal técnico do contrato deverá apurar o resultado das avaliações da execução do objeto e, se for o caso, a análise do desempenho e qualidade da prestação dos serviços realizados em consonância com os indicadores previstos no ato convocatório, que poderá resultar no redimensionamento de valores a serem pagos à contratada, registrando em relatório a ser encaminhado ao gestor do contrato;

7.13. Será considerado como ocorrido o recebimento provisório com a entrega do termo detalhado ou, em havendo mais de um a ser feito, com a entrega do último.

7.14. O Contratado fica obrigado a reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no todo ou em parte, o objeto em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou materiais empregados, cabendo à fiscalização não atestar a última e/ou única medição de serviços até que sejam sanadas todas as eventuais pendências que possam vir a ser apontadas no recebimento provisório.

7.15. A fiscalização não efetuará o ateste da última e/ou única medição de serviços até que sejam sanadas todas as eventuais pendências que possam vir a ser apontadas no recebimento provisório.

7.16. O recebimento provisório também ficará sujeito, quando cabível, à conclusão de todos os testes de campo e à entrega dos Manuais e Instruções exigíveis.

7.17. Os serviços poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

7.18. Quando a fiscalização for exercida por um único servidor, o Termo Detalhado deverá conter o registro, a análise e a conclusão acerca das ocorrências na execução do contrato, em relação à fiscalização técnica e administrativa e demais documentos que julgar necessários, devendo encaminhá-los ao gestor do contrato para recebimento definitivo.

7.19. Os serviços serão recebidos definitivamente no prazo de 03 (três) dias, contados do recebimento provisório, por servidor ou comissão designada pela autoridade competente, após a verificação da qualidade e quantidade do serviço e consequente aceitação mediante termo detalhado, obedecendo os seguintes procedimentos:

7.19.1 Emitir documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico, administrativo e setorial, quando houver, no cumprimento de obrigações assumidas pelo Contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado em indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações, conforme regulamento.

7.19.2 Realizar a análise dos relatórios e de toda a documentação apresentada pela fiscalização e, caso haja irregularidades que impeçam a liquidação e o pagamento da despesa, indicar as cláusulas contratuais pertinentes, solicitando ao Contratado, por escrito, as respectivas correções;

7.19.3. Emitir Termo Detalhado para efeito de recebimento definitivo dos serviços prestados, com base nos relatórios e documentações apresentadas; e

7.19.4. Comunicar a empresa para que emita a Nota Fiscal ou Fatura, com o valor exato dimensionado pela fiscalização.

7.19.5. Enviar a documentação pertinente ao setor de contratos para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, no valor dimensionado pela fiscalização e gestão.

7.20. No caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, deverá ser observado o teor do art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021, comunicando-se à empresa para emissão de Nota Fiscal quanto à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento.

7.21. Nenhum prazo de recebimento ocorrerá enquanto pendente a solução, pelo Contratado, de inconsistências verificadas na execução do objeto ou no instrumento de cobrança.

7.22 O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança do serviço nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato.

Liquidação

7.23. Recebida a Nota Fiscal ou documento de cobrança equivalente, correrá o prazo de dez dias úteis para fins de liquidação, na forma desta seção, prorrogáveis por igual período, nos termos do art. 7º, §3º da Instrução Normativa SEGES/ME nº 77/2022.

7.24. O prazo de que trata o item anterior será reduzido à metade, mantendo-se a possibilidade de prorrogação, nos casos de contratações decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o inciso II do art. 75 da Lei nº 14.133, de 2021

7.25. Para fins de liquidação, o setor competente deve verificar se a Nota Fiscal ou Fatura apresentada expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:

- I) o prazo de validade;
- II) a data da emissão;
- III) os dados do contrato e do órgão contratante;
- IV) o período respectivo de execução do contrato;
- V) o valor a pagar; e
- VI) eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.

7.26. Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal/Fatura, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que o Contratado providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus ao Contratante.

7.27. A Nota Fiscal ou Fatura deverá ser obrigatoriamente acompanhada da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta on-line ao SICAF ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 68 da Lei nº 14.133/2021.

7.28. A Administração deverá realizar consulta ao SICAF para:

7.28.1. verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas;

7.28.2. identificar possível razão que impeça a participação em licitação/contratação no âmbito do órgão ou entidade, tais como a proibição de contratar com a Administração ou com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas.

7.29 Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade do Contratado, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério do Contratante.

7.30. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, o Contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência do Contratado, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

7.31. Persistindo a irregularidade, o Contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada ao Contratado a ampla defesa.

7.32. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso o Contratado não regularize sua situação junto ao SICAF.

Prazo de pagamento

7.33. O pagamento será efetuado no prazo máximo de até dez dias úteis, contados da finalização da liquidação da despesa, conforme seção anterior, nos termos da Instrução Normativa SEGES/ME nº 77, de 2022.

7.34. No caso de atraso pelo Contratante, os valores devidos ao Contratado serão atualizados monetariamente entre o termo final do prazo de pagamento até a data de sua efetiva realização, mediante aplicação do índice *Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA)* de correção monetária.

Forma de pagamento

7.35. O pagamento será realizado por meio de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo Contratado.

7.36. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

7.37. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

7.37.1. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, quando houver, serão retidos na fonte, quando da realização do pagamento, os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

7.38. O Contratado regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

Antecipação de pagamento

7.39. *Para a presente contratação não se aplica a antecipação de pagamento.*

Reajuste

7.40. *Os preços inicialmente contratados são fixos e irreajustáveis no prazo de um ano contado da data do orçamento estimado, em 20/03/2026.*

7.41. *Após o interregno de um ano, e independentemente de pedido do Contratado, os preços iniciais serão reajustados, mediante a aplicação, pelo Contratante, do **IPCA (Nacional de Preços ao Consumidor Amplo)**, exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade.*

7.42. *Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.*

7.43. *No caso de atraso ou não divulgação do(s) índice (s) de reajustamento, o Contratante pagará ao Contratado a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja(m) divulgado(s) o(s) índice(s) definitivo(s).*

7.44. *Nas aferições finais, o(s) índice(s) utilizado(s) para reajuste será(ão), obrigatoriamente, o(s) definitivo(s).*

7.45. *Caso o(s) índice(s) estabelecido(s) para reajustamento venha(m) a ser extinto(s) ou de qualquer forma não possa(m) mais ser utilizado(s), será(ão) adotado(s), em substituição, o(s) que vier(em) a ser determinado(s) pela legislação então em vigor.*

7.46. *Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.*

7.47. *O reajuste será realizado por apostilamento.*

Cessão de Crédito

7.48. As cessões de crédito dependerão de prévia aprovação do Contratante.

7.48.1. A eficácia da cessão de crédito, em relação à Administração, está condicionada à celebração de termo aditivo ao contrato administrativo.

7.48.2. Sem prejuízo do regular atendimento da obrigação contratual de cumprimento de todas as condições de habilitação por parte do Contratado (cedente), a celebração do aditamento de cessão de crédito e a realização dos pagamentos respectivos também se condicionam à regularidade fiscal e trabalhista do cessionário, bem como à certificação de que o cessionário não se encontra impedido de licitar e contratar com o Poder Público, conforme a legislação em vigor, ou de receber benefícios ou incentivos fiscais ou creditícios, direta ou indiretamente, conforme o art. 12 da Lei nº 8.429, de 1992, nos termos do Parecer JL-01, de 18 de maio de 2020.

7.48.3. O crédito a ser pago à cessionária é exatamente aquele que seria destinado à cedente (Contratado) pela execução do objeto contratual, restando absolutamente incólumes todas as defesas e exceções ao pagamento e todas as demais cláusulas exorbitantes ao direito comum aplicáveis no regime jurídico de direito público incidente sobre os contratos administrativos, incluindo a possibilidade de pagamento em conta vinculada ou de pagamento pela efetiva comprovação do fato gerador, quando for o caso, e o desconto de multas, glosas e prejuízos causados à Administração.

7.48.4. A cessão de crédito não afetará a execução do objeto contratado, que continuará sob a integral responsabilidade do Contratado.

7.49. O disposto nesta seção não afeta as operações de crédito de que trata a Instrução Normativa SEGES/MGI nº 82, de 21 de fevereiro de 2025, as quais ficam por esta regidas.

8. INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

8.1. Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021, o Contratado que:

- a. der causa à inexecução parcial do contrato;
- b. der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- c. der causa à inexecução total do contrato;
- d. ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;
- e. apresentar documentação falsa ou prestar declaração falsa durante a execução do contrato;
- f. praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- g. comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- h. praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

8.2. Serão aplicadas ao Contratado que incorrer nas infrações acima descritas as seguintes sanções:

8.2.1. Advertência, quando o Contratado der causa à inexecução parcial do contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave;

8.2.2. Impedimento de licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “b”, “c” e “d” do subitem acima, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave;

8.2.3. Declaração de inidoneidade para licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “e”, “f”, “g” e “h” do subitem acima, bem como nas alíneas “b”, “c” e “d”, que justifiquem a imposição de penalidade mais grave.

8.2.4. Multa:

8.2.4.1. *Moratória, para as infrações descritas no item “d”, de **0,07% (sete centésimos por cento)** por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de **25 (vinte e cinco)** dias.*

8.2.4.2. *Compensatória, para as infrações descritas acima alíneas “e” a “h” de 0,5% (cinco décimos por cento por cento) a 30% (trinta por cento) do valor da contratação.*

8.2.4.3. *Compensatória, para a inexecução total do contrato prevista acima na alínea “c”, de 0,5% (cinco décimos por cento por cento) a 30% (trinta por cento) do valor da contratação.*

8.2.4.4. *Compensatória, para a infração descrita acima na alínea “b”, de **0,5% (cinco décimos por cento por cento) a 15% (quinze por cento)** do valor da contratação.*

8.2.4.5. *Compensatória, em substituição à multa moratória para a infração descrita acima na alínea “d”, de **1% (um por cento por cento) a 5% (cinco por cento)** do valor da contratação.*

8.2.4.6. *Compensatória, para a infração descrita acima na alínea “a”, de **0,5% (cinco décimos por cento por cento) a 10% (dez por cento)** do valor da contratação.*

8.3. A aplicação das sanções previstas neste Termo de Referência não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado ao Contratante.

8.4. Todas as sanções previstas neste Termo de Referência poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa.

8.5. Antes da aplicação da multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.

8.6. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo Contratante ao Contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente.

8.7. A multa poderá ser recolhida administrativamente no prazo máximo de 15 (quinze) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.

8.8. A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa ao Contratado, observando-se o procedimento previsto no caput e parágrafos do art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

8.8.1. Para a garantia da ampla defesa e contraditório, as notificações serão enviadas eletronicamente para os endereços de e-mail informados na proposta comercial, bem como os cadastrados pela empresa no SICAF.

8.8.2. Os endereços de e-mail informados na proposta comercial e/ou cadastrados no SICAF serão considerados de uso contínuo da empresa, não cabendo alegação de desconhecimento das comunicações a eles comprovadamente enviadas.

8.9. Na aplicação das sanções serão considerados:

8.9.1. a natureza e a gravidade da infração cometida;

- 8.9.2. as peculiaridades do caso concreto;
- 8.9.3. as circunstâncias agravantes ou atenuantes;
- 8.9.4. os danos que dela provierem para o Contratante; e

8.9.5. a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

8.10. Os atos previstos como infrações administrativas na Lei nº 14.133, de 2021, ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei nº 12.846, de 2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos na referida Lei.

8.11. A personalidade jurídica do Contratado poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos neste Termo de Referência ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o Contratado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia.

8.12. O Contratante deverá, no prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ela aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (CEIS) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (CNEP), instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal.

8.12.1. As penalidades serão obrigatoriamente registradas no SICAF.

8.13. As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do art. 163 da Lei nº 14.133, de 2021.

8.14. Os débitos do Contratado para com a Administração Contratante, resultantes de multa administrativa e/ou indenizações, não inscritos em dívida ativa, poderão ser compensados, total ou parcialmente, com os créditos devidos pelo referido órgão decorrentes deste mesmo contrato ou de outros contratos administrativos que o Contratado possua com o mesmo órgão ora Contratante, na forma da Instrução Normativa SEGES/ME nº 26, de 13 de abril de 2022.

9. FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR E REGIME DE EXECUÇÃO

Forma de seleção e critério de julgamento da proposta

9.1. *O fornecedor será selecionado por meio da realização de procedimento de LICITAÇÃO, na modalidade PREGÃO, sob a forma ELETRÔNICA, com adoção do critério de julgamento pelo MENOR PREÇO.*

Regime de Execução

9.3. *O regime de execução do objeto será de empreitada por preço unitário.*

Critérios de aceitabilidade de preços

9.4. *Em se tratando de contratação para registro de preços, caso adotado o critério de julgamento de menor preço ou de maior desconto por grupo de itens, o critério de aceitabilidade de preços unitários máximos será:*

9.4.1. *Valores unitários: conforme tabela constante no item 1.1 deste Termo de Referência.*

Exigências de habilitação

9.5. Para fins de habilitação, deverá o interessado comprovar os seguintes requisitos:

Habilitação jurídica

9.6. Pessoa física: cédula de identidade (RG) ou documento equivalente que, por força de lei, tenha validade para fins de identificação em todo o território nacional;

9.7. Empresário individual: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;

9.8. Microempreendedor Individual - MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio <https://www.gov.br/empresas-e-negocios/pt-br/empreendedor>;

9.9. Sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal – SLU ou sociedade identificada como empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI: inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

9.10. Sociedade empresária estrangeira: portaria de autorização de funcionamento no Brasil, publicada no Diário Oficial da União e arquivada na Junta Comercial da unidade federativa onde se localizar a filial, agência, sucursal ou estabelecimento, a qual será considerada como sua sede, conforme Instrução Normativa DREI/ME n.º 77, de 18 de março de 2020.

9.11. Sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

9.12. Filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária: inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz;

9.13. Sociedade cooperativa: ata de fundação e estatuto social, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede, além do registro de que trata o art. 107 da Lei nº 5.764, de 16 de dezembro 1971.

9.14. Consórcio de empresas: contrato de consórcio devidamente arquivado no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis (art. 279 da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976) ou compromisso público ou particular de constituição, subscrito pelos consorciados, com a indicação da empresa líder, responsável por sua representação perante a Administração (art. 15, caput, I e II, da Lei nº 14.133, de 2021).

9.15. Ato de autorização para o exercício da atividade de comercializadora de energia no Mercado Livre, expedido por Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL e Câmara de Comercialização de Energia Elétrica nos termos da Resolução Normativa ANEEL nº 1011, de 29/03/2022, e suas alterações.

9.15.1. Documento que comprove a Habilitação do licitante para atuação como comercializador varejista no âmbito da Câmara de Comercialização de Energia Elétrica (CCEE).

9.15.2. Declaração vigente de "NADA CONSTA" quanto às suas obrigações financeiras junto Câmara de Comercialização de Energia Elétrica (CCEE).

9.16. Os documentos apresentados deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

Habilitação fiscal, social e trabalhista

9.17. Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas ou no Cadastro de Pessoas Físicas, conforme o caso;

- 9.18. Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02 de outubro de 2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional.
- 9.19. Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);
- 9.20. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943;
- 9.21. Prova de inscrição no cadastro de contribuintes Distrital ou Municipal relativo ao domicílio ou sede do fornecedor, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;
- 9.22. Prova de regularidade com a Fazenda Distrital ou Municipal do domicílio ou sede do fornecedor, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre;
- 9.23. Caso o fornecedor seja considerado isento dos tributos relacionados ao objeto contratual, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei.
- 9.24. O fornecedor enquadrado como microempreendedor individual que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na Lei Complementar n. 123, de 2006, estará dispensado da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e municipal.

Qualificação Econômico-Financeira

- 9.25. certidão negativa de insolvência civil expedida pelo distribuidor do domicílio ou sede do interessado, caso se trate de pessoa física, desde que admitida a sua participação na licitação/contratação, ou de sociedade simples;
- 9.26. certidão negativa de falência expedida pelo distribuidor da sede do fornecedor;
- 9.27. balanço patrimonial, demonstração de resultado de exercício e demais demonstrações contábeis *do último exercício social* já exigíveis e apresentados na forma da lei, comprovando, índices de Liquidez Geral (LG), Liquidez Corrente (LC), e Solvência Geral (SG) superiores a 1 (um), obtidos por meio da aplicação das seguintes fórmulas:

LG =

Ativo Circulante + Realizável a Longo Prazo

Passivo Circulante + Passivo Não Circulante

SG =

Ativo Total

Passivo Circulante + Passivo Não Circulante

LC =

Ativo Circulante

Passivo Circulante

9.28. *Caso a empresa apresente resultado inferior ou igual a 1 (um) em qualquer dos índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), será exigido, para fins de habilitação, **patrimônio líquido mínimo de 10% do valor total estimado da contratação para o período de doze meses (ano 2027) – aplicável para o contrato de serviço continuado** (Vide anexo).*

9.29. Os documentos referidos acima deverão ser exigidos com base no limite definido pela Receita Federal do Brasil para transmissão da Escrituração Contábil Digital - ECD ao Sped.

9.30. *O atendimento dos índices econômicos previstos neste termo de referência deverá ser atestado mediante declaração assinada por profissional habilitado da área contábil, apresentada pelo fornecedor.*

9.31. As empresas criadas no exercício financeiro da licitação/contratação deverão atender a todas as exigências da habilitação e poderão substituir os demonstrativos contábeis pelo balanço de abertura.

Qualificação Técnica

9.32. *Declaração de que o fornecedor tomou conhecimento de todas as informações e das condições locais para o cumprimento das obrigações objeto da contratação.*

9.32.1. *Essa declaração poderá ser substituída por declaração formal assinada pelo responsável técnico do interessado acerca do conhecimento pleno das condições e peculiaridades da contratação.*

9.33 *Sociedades empresárias estrangeiras atenderão à exigência por meio da apresentação, no momento da assinatura do contrato ou do aceite de instrumento equivalente, da solicitação de registro perante a entidade profissional competente no Brasil.*

Qualificação Técnico-Operacional

9.34. Comprovação de aptidão para execução de serviço similar, de complexidade tecnológica e operacional equivalente ou superior à do objeto desta contratação, ou do item pertinente, por meio da apresentação de certidões ou atestados emitidos por pessoas jurídicas de direito público ou privado, ou pelo conselho profissional competente, quando for o caso (Vide anexo).

9.34.1. Para fins da comprovação de que trata este subitem, os atestados deverão dizer respeito a contrato(s) executado(s) com as seguintes características mínimas:

9.34.1.1. *Que demonstrem a execução de serviços em comercialização de energia elétrica no Ambiente de Contratação Livre (ACL), com um montante mínimo de MW ano (cerca de 0,231 MWm), equivalente a 50% da demanda a ser contratada para o ano de 2027.*

9.34.2. *Serão admitidos, para fins de comprovação de quantitativo mínimo de serviço, a apresentação e o somatório de diferentes atestados de serviços executados de forma concomitante, pois essa situação equivale, para fins de comprovação de capacidade técnico-operacional, a uma única contratação.*

9.34.3. Os atestados de capacidade técnica poderão ser apresentados em nome da matriz ou da filial do fornecedor.

9.34.4. O fornecedor disponibilizará todas as informações necessárias à comprovação da legitimidade dos atestados, apresentando, quando solicitado pela Administração, cópia do contrato que deu suporte à contratação, endereço atual do Contratante e local em que foram prestados os serviços, entre outros documentos.

9.34.5. Os atestados deverão referir-se a serviços prestados no âmbito de sua atividade econômica principal ou secundária especificadas no contrato social vigente.

9.35. Serão aceitos atestados ou outros documentos hábeis emitidos por entidades estrangeiras quando acompanhados de tradução para o português, salvo se comprovada a inidoneidade da entidade emissora.

9.36. A apresentação, pelo fornecedor, de certidões ou atestados de desempenho anterior emitido em favor de consórcio do qual tenha feito parte será admitida, desde que atendidos os requisitos do art. 67, §§ 10 e 11, da Lei nº 14.133/2021 e regulamentos sobre o tema.

Qualificação Técnico-Profissional

Não se aplica a essa contratação.

Disposições gerais sobre habilitação

9.37. Quando permitida a participação na licitação/contratação de empresas estrangeiras que não funcionem no País, as exigências de habilitação serão atendidas mediante documentos equivalentes, inicialmente apresentados em tradução livre.

9.38. Na hipótese de o fornecedor ser empresa estrangeira que não funcione no País, para assinatura do contrato ou da ata de registro de preços ou do aceite do instrumento equivalente, os documentos exigidos para a habilitação serão traduzidos por tradutor juramentado no País e apostilados nos termos do disposto no Decreto nº 8.660, de 29 de janeiro de 2016, ou de outro que venha a substituí-lo, ou consularizados pelos respectivos consulados ou embaixadas.

9.39. Não serão aceitos documentos de habilitação com indicação de CNPJ/CPF diferentes, salvo aqueles legalmente permitidos.

9.40. Se o fornecedor for a matriz, todos os documentos deverão estar em nome da matriz, e se o fornecedor for a filial, todos os documentos deverão estar em nome da filial, exceto para atestados de capacidade técnica, e no caso daqueles documentos que, pela própria natureza, comprovadamente, forem emitidos somente em nome da matriz.

9.41. Serão aceitos registros de CNPJ de fornecedor matriz e filial com diferenças de números de documentos pertinentes ao CND e ao CRF/FGTS, quando for comprovada a centralização do recolhimento dessas contribuições.

Documentação complementar para cooperativas

9.42. Caso admitida a participação de cooperativas, será exigida a seguinte documentação complementar:

9.42.1 A relação dos cooperados que atendem aos requisitos técnicos exigidos para a contratação e que executarão o contrato, com as respectivas atas de inscrição e a comprovação de que estão domiciliados na localidade da sede da cooperativa, respeitado o disposto nos arts. 4º, inciso XI, 21, inciso I e 42, §§2º a 6º da Lei n. 5.764, de 1971;

9.42.2. A declaração de regularidade de situação do contribuinte individual – DRSCI, para cada um dos cooperados indicados;

9.42.3. A comprovação do capital social proporcional ao número de cooperados necessários à prestação do serviço;

9.42.4. O registro previsto na Lei n. 5.764, de 1971, art. 107;

9.42.5. A comprovação de integração das respectivas quotas-partes por parte dos cooperados que executarão o contrato;

9.42.6. Os seguintes documentos para a comprovação da regularidade jurídica da cooperativa:

9.42.6.1. ata de fundação;

9.42.6.2. estatuto social com a ata da assembleia que o aprovou;

9.42.6.3. regimento dos fundos instituídos pelos cooperados, com a ata da assembleia;

9.42.6.4. editais de convocação das três últimas assembleias gerais extraordinárias;

9.42.6.5. três registros de presença dos cooperados que executarão o contrato em assembleias gerais ou nas reuniões seccionais;

9.42.6.6. ata da sessão que os cooperados autorizaram a cooperativa a contratar o objeto da contratação; e

9.42.6.7. última auditoria contábil-financeira da cooperativa, conforme dispõe o art. 112 da Lei n. 5.764, de 1971, ou uma declaração, sob as penas da lei, de que tal auditoria não foi exigida pelo órgão fiscalizador.

10. ESTIMATIVAS DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

10.1. *O custo estimado total da contratação, que é o máximo aceitável, é de R\$ R\$ 6.839.182,59 (seis milhões, oitocentos e trinta e nove mil, cento e oitenta e dois reais e cinquenta e nove centavos.), conforme custos unitários apostos na **tabela contida no item 1.1 acima**.*

10.2. *A estimativa de custo levou em consideração o risco envolvido na contratação e sua alocação entre Contratante e Contratado, conforme especificado na matriz de risco constante do Contrato.*

10.3. *Em caso de Registro de Preços, os preços registrados poderão ser alterados ou atualizados em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve o custo dos bens, das obras ou dos serviços registrados, nas seguintes situações:*

10.3.1 *em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução da ata tal como pactuada, nos termos do disposto na alínea “d” do inciso II do caput do art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021;*

10.3.2. *em caso de criação, alteração ou extinção de quaisquer tributos ou encargos legais ou superveniência de disposições legais, com comprovada repercussão sobre os preços registrados;*

10.3.3. *serão reajustados os preços registrados, respeitada a contagem da anualidade e o índice previsto para a contratação; ou*

10.3.4 *poderão ser repactuados, a pedido do interessado, conforme critérios definidos para a contratação.*

11. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

11.1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento Geral da União.

11.2. A contratação será atendida pela seguinte dotação:

- I. Gestão/unidade: 26427/158145;
- II. Fonte de recursos: 10000000000;
- III. Programa de trabalho: 231693;
- IV. Elemento de despesa: 339039; e
- V. Plano interno: L20RLP7310N.

11.3. A dotação relativa aos exercícios financeiros subsequentes será indicada após aprovação da Lei Orçamentária respectiva e liberação dos créditos correspondentes, mediante apostilamento.

12. DISPOSIÇÕES FINAIS

12.1. As informações contidas neste Termo de Referência não são classificadas como sigilosas

Salvador/BA, 27 de abril de 2026.

Identificação e assinatura do servidor (ou equipe) responsável

13. ANEXO I

ANEXO I

Regras aplicáveis ao instrumento substitutivo ao contrato

13.1. Não se aplica, uma vez que a presente contratação demandará a celebração de contrato administrativo próprio.

14. ANEXO II

ANEXO II

TERMO DE CIÊNCIA E CONCORDÂNCIA

Por meio deste instrumento, (*identificar o Contratado*) declara que está ciente e concorda com as disposições e obrigações previstas no *Edital*, no Termo de Referência e nos demais anexos a que se refere o *Pregão* nº...../20....., bem como que se responsabiliza, sob as penas da Lei, pela veracidade e legitimidade das informações e documentos apresentados durante o processo de contratação.

Local-UF, de de 20.... .

(Nome *e Cargo do Representante Legal*)

15. Responsáveis

Todas as assinaturas eletrônicas seguem o horário oficial de Brasília e fundamentam-se no §3º do Art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).

MARCELO SOUZA ALMEIDA

Membro da comissão de contratação



Assinou eletronicamente em 28/04/2026 às 10:32:13.

SAULO OLIVEIRA DE ALMEIDA

Membro da comissão de contratação



Assinou eletronicamente em 28/04/2026 às 11:04:21.

ANDRE LUIS ROCHA DE SOUZA

Membro da comissão de contratação



Assinou eletronicamente em 28/04/2026 às 10:30:27.

IRENIO DE JESUS SILVA JUNIOR

Membro da comissão de contratação

ROGER RAMOS SANTANA

Membro da comissão de contratação



Assinou eletronicamente em 28/04/2026 às 10:48:40.

Despacho: Reitora

LUZIA MATOS MOTA

Autoridade competente

FRANCISCO SOUZA ALMEIDA

Membro da comissão de contratação

MARCELO SANTANA SILVA

Membro da comissão de contratação

LUIZ ANTONIO DE ALCANTARA SANTOS

Membro da comissão de contratação